

Uma guerrilha parlamentar está em curso

A decisão da liderança do PDS no Senado de boicotar os trabalhos legislativos, tanto no plenário quanto nas comissões, até que os partidos oposicionistas desistam da obstrução que vêm realizando com o objetivo de obrigar o Governo a definir as regras eleitorais para 82, instalou no Congresso um verdadeiro clima de guerrilha parlamentar que, se perdurar, dificultará o já tenso diálogo entre os partidos para a solução de questões pendentes, como a própria reforma eleitoral e as prerrogativas do Legislativo.

O PDS justifica sua posição afirmando, através de seus líderes, que não poderia continuar dando número para que as sessões do Senado se desenvolvessem normalmente na parte destinada aos discursos, enquanto os partidos de oposição obstruíam constantemente as votações, fazendo com que seus membros se retirassem do plenário. Com isso, lembra o senador José Sarney, presidente do partido, o PDS dava condições para que os oposicionistas criticassem o Governo em plenário e não conseguia aprovar matérias de seu interesse por falta de "quorum" para as votações.

A decisão do PDS retira das oposições a sua maior arma, isto é, a tribuna do Senado e as comissões parlamentares. Mesmo assim, em reunião

realizada ontem ao entardecer, o Partido Popular decidiu permanecer no trabalho de obstrução. O senador Tancredo Neves, presidente do PP, comentava antes da reunião que defendera a obstrução parlamentar como ação política válida para obrigar o Governo a definir as regras eleitorais. Após as explosões de bombas no Riocentro e constatando suas consequências na área política, o senador Tancredo já tinha dúvidas da eficácia política dessa atitude, pois temia que a posição dos partidos oposicionistas fosse interpretada como uma maneira de enfraquecer o Legislativo em momento político delicado.

Tancredo deve ter sido vencido por outras argumentações e, embora negue procedência a essas versões, segundo o PDS o que está impedindo realmente o PP de abrir mão da obstrução é apenas um projeto de liberação de verbas para o Governo do Mato Grosso do Sul, firmemente combatido pelo senador Mendes Canale, que deixou o PDS pelo PP devido a divergências pessoais com o governador nomeado, Pedro Pedrossian. O senador José Sarney e o líder no Senado, Nilo Coelho, garantem que o PMDB aceitou entrar em acordo, e só não concretiza por "patrulhamento" do PP.